

ANS intervém em dois planos de saúde

■ Agência garante: Miller e SMB manterão atendimento a associados. Câmara de Medicamentos multa mais 3 laboratórios

CESAR BAIMA E
VILMA SILVEIRA

RIO E BRASÍLIA – A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) publicou ontem no Diário Oficial da União anúncio de que está intervindo nos planos de saúde fluminenses Miller e Sistema Médico Brasileiro (SMB). Segundo a agência, a medida tem caráter preventivo e visa acompanhar e analisar a saúde financeira e assistencial das duas empresas. Tanto a ANS quanto a direção dos planos destacam que o processo de inter-

venção não afetará o atendimento prestado aos associados, que continuarão a receber assistência da rede credenciada de ambos os planos. “Com o regime de direção fiscal, o associado fica até mais protegido”, diz José Maciel, diretor comercial e de marketing do SMB. “Ninguém está ficando sem atendimento”, reforça Sérgio Miller, diretor presidente da Miller.

Na Miller, que informa ter cerca de 50 mil associados, a ANS adotou a direção fiscal e técnica, em que especialistas da agência acompanharão, pelo prazo inicial

de 180 dias, a administração econômico-financeira e assistencial da empresa. Já no SMB, que não divulga os números de sua carteira de clientes, foi imposto apenas o regime de direção fiscal, com a mesma finalidade e prazo do da Miller. Nos dois casos, os técnicos da agência terão direito a veto das decisões tomadas pelos conselhos de administração dos planos de saúde. A ANS explicou que tomou a decisão de intervir nos planos com base no monitoramento que fazia da situação financeira das empresas e em face das reclama-

ções que recebia dos usuários.

De acordo com Sérgio Miller, os problemas com sua empresa começaram quando ele deu início a um processo de redimensionamento da rede credenciada, em que também negocia e reavalia valores de faturas apresentadas por hospitais e clínicas à Miller, algumas das quais tinham indícios de superfaturamento, segundo ele.

Remédios – A Câmara de Medicamentos decidiu ontem multar três laboratórios que aumentaram preços de medicamentos na virada do ano, infringindo as regras do

governo. A Câmara decidiu ainda abrir processo administrativo contra mais três laboratórios: Neo Química, Hexal do Brasil/Qif e Cifar-ma. Já foram instaurados, no total, 32 processos administrativos.

Os laboratórios multados são: TRB Pharma (que terá de pagar R\$ 118.724); Stafford Miller (R\$ 75.844,86) e Maragliano (R\$ 11.433,00). Os três integram o grupo dos cinco primeiros laboratórios que foram alvo de processos administrativos. Os outros dois são Libbs e Clímax.

Em relação ao primeiro, a Câma-

ra de Medicamentos entendeu que a empresa reverteu os aumentos dos seus produtos a tempo de não prejudicar o consumidor. Quanto ao laboratório Clímax, a Câmara informou que continua fazendo “diligências”.

O laboratório Neo Química teve processo administrativo aberto porque reajustou alguns produtos depois de 31 de janeiro. O medicamento Fungimax, por exemplo, teve aumento de 6,90%. O Hexal do Brasil/Qif e o Cinfarma lançaram produtos no mercado com novas apresentações sem informar previamente a Câmara de Medicamentos.